

Veto à desoneração da folha é derrubado pelo Congresso



Votação ocorreu em uma sessão conjunta da Câmara e do Senado

FÁBIO SCHAFFNER*

fabio.schaffner@zerohora.com.br

Após intensa negociação durante a semana, o Congresso Nacional derrubou ontem, por ampla maioria, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à desoneração da folha de pagamentos. Com a decisão, a redução tributária a 17 setores econômicos será estendida até 2027.

O placar dilatado da votação exibiu o apoio dos parlamentares ao texto. No total, 378 deputados e 60 senadores votaram pela derrubada do veto – eram necessários 257 deputados e 41 senadores.

Apenas 13 senadores e 78 deputados chancelaram a posição presidencial. A manutenção da política de desoneração permite às empresas pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre os salários.

A derrubada do veto foi celebrada por entidades representativas dos setores beneficiados. Para a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), a postura do Congresso representou “alento em um momento ainda complicado para o setor”.

– Com uma carga extra de mais de R\$ 720 milhões por ano, as indústrias de calçados precisariam recalcular suas rotas, investimentos e contratações. Com uma possível reoneração, teríamos uma queda de produção de mais de 150 milhões de pares e a perda de milhares de empregos logo no primeiro ano – comentou o presidente-executivo da Abicalçados, Haroldo Ferreira.

A decisão também foi recebida com entusiasmo na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs). Conforme a entidade, a prorrogação da desoneração é fundamental para preservar 413 mil vagas nas indústrias gaúchas. Presidente da Fiergs, Gilberto Petry lembra que o setor teve queda de 4,5% no Estado.

– Este é mais um argumento de que a desoneração é uma necessidade – pontuou Petry.

Alternativa

O governo resistia em abrir mão de uma receita estimada em R\$ 94 bilhões ao ano. Para tanto, passou a semana acenando com uma proposta alternativa. “Todavia, ciente de que não havia mais tempo nem margem para uma negociação, o Planalto recuou.”

Durante almoço ontem com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Lula consentiu em liberar o voto dos parlamentares da base governista, que, em sua maioria, apoiavam a desoneração – em agosto, o projeto de lei havia sido aprovado na Câmara por 430 votos a 17.

Em troca, Lula pediu a aprovação da reforma tributária e da medida provisória (MP) 1.185, que ontem foi aprovada por uma comissão mista do Congresso e agora seguirá para o plenário da Câmara. Ao permitir a tributação de incentivos fiscais concedidos pelos Estados a empresas, a MP pretende arrecadar R\$ 35 bilhões por ano.

Apesar do acordo, Haddad indicou, após a votação, que o governo deverá acionar o Judiciário contra a prorrogação da desoneração. O ministro alegou que vem alertando “há meses” que a medida é inconstitucional.

– Já tem o parecer da AGU (*Advocacia-Geral da União*) sobre a inconstitucionalidade, e obviamente que o governo vai tomar as providências – disse.

Ele ponderou, contudo, que o governo também pretende apresentar uma alternativa:

– Vamos buscar o auxílio do Judiciário nesse caso, mas também apresentar para o Congresso.

*Com agências de notícias

Entenda

- A desoneração da folha diminuiu a tributação sobre 17 setores considerados grandes empregadores.

- A redução foi implementada em 2012, no governo Dilma Rousseff, e desde então vem sendo renovada pelo Congresso. Lula, porém, vetou a prorrogação até 2027 sob justificativa de que precisa recompor a arrecadação para cumprir as metas fiscais.

- O projeto vetado também reduz de 20% para 8% a alíquota previdenciária paga por municípios com menos de 142 mil habitantes.

- Para compensar a perda de receita, o texto prorroga aumento de um ponto percentual na alíquota da Cofins-Importação.

O voto dos gaúchos

DEPUTADOS FEDERAIS

Pela derrubada do veto

- Afonso Hamm (PP)
- Afonso Motta (PDT)
- Alceu Moreira (MDB)
- Any Ortiz (Cidadania)
- Bibi Nunes (PL)
- Covatti Filho (PP)
- Daniel Trzeciak (PSDB)
- Franciane Bayer (Republicanos)
- Giovanni Cherini (PL)
- Heitor Schuch (PSB)
- Lucas Redecker (PSDB)
- Luciano Azevedo (PSD)
- Luiz Carlos Busato (União Brasil)
- Marcel van Hattem (Novo)
- Marcelo Moraes (PL)
- Márcio Biolchi (MDB)
- Maurício Marcon (Podemos)
- Osmar Terra (MDB)
- Pedro Westphalen (PP)
- Pompeo de Mattos (PDT)
- Luciano Zucco (PL)
- Ubiratan Sanderson (PL)

Pela manutenção do veto

- Alexandre Lindenmeyer (PT)
- Bohn Gass (PT)
- Daiana Santos (PCdoB)
- Dionísio Marcon (PT)
- Fernanda Melchionna (PSOL)
- Maria do Rosário (PT)
- Reginete Bispo (PT)

Não votaram

- Denise Pessôa (PT)
- Ronaldo Nogueira (Republicanos)

SENADORES

Pela derrubada do veto

- Hamilton Mourão (Republicanos)
- Paulo Paim (PT)

Não votou

- Luís Carlos Heinze (PP)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS**Página:** 8